

Governadores enfrentarão Planalto

Os governadores do PMDB se reúnem amanhã com a cúpula da Comissão Mista de Orçamento para definir qual será a medida utilizada para derrubar da proposta orçamentária do Governo o pagamento de 25% das dívidas dos Estados e municípios. Ontem o relator da Comissão, senador Almir Gabriel (PMDB-PA) afirmou que já tem "três soluções constitucionais" para reduzir a parcela a ser paga no ano que vem não revelando, no entanto, o conteúdo das alternativas. Almir Gabriel apóia a proposta dos governadores de pagamento de 10% da dívida e assegura que o "relator-geral tem poderes para criar emendas se necessário".

Há cerca de dois meses, 18 governadores do PMDB vieram para Brasília e aprovaram um documento onde exigiam a redução da parcela prevista pelo Governo do pagamento das dívidas estaduais. Apesar do peso político da reunião ela não refletiu os efeitos desejados. A equipe econômica enviou sexta-feira o substitutivo do Governo ao Orçamento e, em meio a uma série de alterações, a receita prevista com o pagamento das dívidas permaneceu inalterada.

A nova Constituição não permite à Comissão de Orçamento qualquer modificação nos itens que tratam de pagamento de pessoal, fundo de transferência para Estados e municípios e serviços da dívida. "Em tese", segundo o relator-geral, a Comissão não poderia alterar a receita prevista pela União, ponderando, "que já encontramos maneiras de mexer aí". Acrescenta que a decisão do Governo em insistir na parcela de 25%, enquanto os governadores querem 10%, "claramente, não foi política e sim tecnocrática".

Sem dúvida esta segunda reunião dos governadores para discu-

tir o pagamento de suas dívidas não tem a mesma força política da realizada há quase dois meses atrás. Participam desse encontro, governadores que amargaram derrotas eleitorais há menos de uma semana e que, até agora, não têm perspectiva qualquer na corrida à sucessão do presidente José Sarney. Para o senador Almir Gabriel o resultado das urnas vão interferir nesse processo. O problema, explica, "está no equilíbrio financeiro da União às custas do desequilíbrio das contas estaduais". Até agora, os Estados pagavam o equivalente US\$ 550 milhões por ano. Se a proposta do Governo for mantida essa parcela aumentará para 3,1 bilhões de dólares ao ano. O relator-geral afirma que esse au-

mento não pode ocorrer de "maneira tão brusca", pois há alguns Estados que têm condições financeiras para arcar com essa despesa, enquanto que outros "não têm recursos sequer para manter a máquina administrativa".

Prazos

Na rápida sessão que foi realizada ontem, o relator-geral anunciou que só entregará o seu relatório final na sexta-feira. Isso provocou uma alteração no cronograma e a Comissão trabalhará com um prazo relativamente comprimido, não permitindo mais qualquer dilatação. Pelo novo calendário o Congresso só irá apreciar o Orçamento no dia 15 de dezembro o que exigirá uma convocação extraordinária.